

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Introdução

Este documento consiste em um Estudo Técnico Preliminar (ETP), ferramenta de gestão exigida pela Instrução Normativa (IN) nº. 40, de 22 de maio de 2020, expedida pela Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES/ME), para planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro contra acidentes pessoais para alunos e estagiários devidamente matriculados na UFRB, bem como, estudantes estagiários de outras Instituições de Ensino que desenvolvem suas atividades na UFRB.

Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) as unidades administrativa e centros de ensino, na qualidade de unidades demandantes de contratações, têm a atribuição de elaborar o ETP. Não obstante, a fim de atender as demandas com especificidades, a elaboração desses instrumentos é frequentemente acompanhada por servidores técnicos e /ou docentes vinculados ou não às áreas que demandam as contratações, detentores de conhecimento técnico/científico específico acerca dos objetos que se pretendem contratar.

Assim, no intuito de materializar a aquisição do objeto ora requerido, esta unidade administrativa deu início aos estudos preliminares exigidos pela IN SEGES/ME nº. 40 /2020, procedendo ao levantamento dos elementos de informação e de justificativa necessários à análise da viabilidade de sua contratação, elementos esses também essenciais à composição do respectivo ato convocatório de licitação.

3. Descrição da necessidade

Com base no relatório elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), para garantia de seguro contra acidentes pessoais aos discentes de graduação da UFRB, construiu-se este Estudo Técnico, conforme às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME, para direcionar a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de natureza continuada de seguro de acidentes pessoais coletivo para todos os alunos regularmente matriculados na UFRB, em todos seus campi.

Considerando a condição de multicampia desta UFRB, com sete Centros de Ensino distribuídos em sete municípios, localizados no Recôncavo Baiano, sendo dois na cidade de Cruz das Almas - Campus Sede da IES (onde funcionam o CCAAB e CETEC) e os outros nos municípios de Cachoeira/São Félix (CAHL- 24,9 km do Campus sede), Santo Antônio de Jesus (CCS- 46 km do Campus sede), Feira de Santana (CETENS-76,7 km do Campus sede),

Amargosa (CFP- 93 km do Campus sede) e Santo Amaro (CECULT- 64,4 km do Campus sede). É importante frisar que as interações multicampi são indicativas de fatores de risco aumentado na instituição, pois o traslado de discentes de um Centro de Ensino para outro, para a realização de atividades acadêmicas demandam o deslocamento via estradas estaduais ou federais (BAs ou BRs), envolvendo o risco de acidentes.

Além disso, conforme o relatório supramencionado, a UFRB é ainda espaço reconhecido nacionalmente pela oferta de cursos de graduação em Educação do Campo, que tem como princípio a Pedagogia da Alternância. Esta proposta educativa é voltada para o homem do campo e tem entre os seus pilares o desenvolvimento do meio do educando. Deste modo, os currículos desses cursos possuem dois tempos de formação: Tempo Universidade (que ocorre no Campus) e Tempo Comunidade (ocorre nas comunidades rurais e escolas agrotécnicas a elas vinculadas). Atualmente possuímos 04 (quatro) cursos de graduação nesta modalidade, com 616 matrículas ativas. As atividades destes cursos estão concentradas e organizadas em calendário próprio e, de forma contínua, docentes e discentes estão em deslocamento para a realização de suas atividades acadêmicas (Resolução CONAC nº 016/2019).

Considerando também a informação de que os processos para seleção de discentes indígenas aldeados ou moradores das comunidades remanescentes de quilombos (IA/CQ) para cursos de graduação é outra política de ensino marcante da instituição (Resoluções CONAC nº 026 /2014 e nº 002/2018). Atualmente há 173 discentes IA/CQ com matrículas ativas em nossa universidade. E que o atendimento a estes público notadamente exige deslocamentos entre as comunidades e os municípios de funcionamento dos cursos da UFRB.

Para além dessas especificidades, há exigências concretas do Ministério da Educação a serem implementadas nos currículos que, por sua própria natureza, exigem que atividades acadêmicas sejam desenvolvidas para além dos muros da Universidade. Entre elas está a Curricularização da Extensão, que impõe às IES tornar 10% da carga horária total de todos os cursos de graduação atividades de extensão até dezembro de 2022 (Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação). Isso quer dizer que a partir de 2023, cotidianamente, discentes de todos os cursos da UFRB estarão envolvidos em atividades acadêmicas extensionistas, realizadas em espaços não escolares, em outras instituições, comunidades externas, que podem ser realizadas nos municípios de funcionamento dos cursos ou não, o que será definido a cada planejamento acadêmico, quando os componentes curriculares serão vinculados a um Programa e/ou Projeto de Extensão vigente. Apenas em 2021, 1.984 discentes realizaram ações de extensão universitária, de 1.175 ações de extensão realizadas pela UFRB.

Considerando ainda os estagiários, alunos de outras Instituições de Ensino, para os quais esta Universidade proporciona, através de estágios, o desenvolvimento acadêmico e profissional, cumprindo com um dos princípios desta Instituição que é a cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do País e compromisso com o desenvolvimento regional;

Considerando as exigências por parte de diversos órgãos e instituições quanto a apresentação de apólice de seguro de vida dos estagiários para autorização de realização de suas atividades de estágio;

Considerando a necessidade no cumprimento do disposto na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 09, IV que dispõe sobre o estágio de estudantes, cláusula constante nos convênios de estágios firmados entre a UFRB e outras Instituições, uma vez que é a lei nº 11.788/2008 quem regula os contratos de estágio, determina a obrigatoriedade de um seguro de vida para estagiário por acidentes pessoais.

Assim sendo, justifica-se a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de natureza continuada de seguro de acidentes pessoais com cobertura para morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médicas hospitalares e odontológicas, do tipo coletivo, ocorridos em território nacional e em qualquer período, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, para todos os alunos regularmente matriculados na UFRB, em todos seus campi, bem como, estudantes estagiários de outras Instituições de Ensino que desenvolvem suas atividades na UFRB, visando resguardar os alunos e estagiários, bem como a instituição, diante da possibilidade da ocorrência de acidentes e/ou acontecimentos imprevisíveis causadores de prejuízos, que aconteçam tanto nos campi da Universidade quanto fora dele, com cobertura de 24 (vinte e quatro) horas por dia.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Graduação	Karina de Oliveira Santos Cordeiro
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação	Maurício Ferreira da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos requisitos desta contratação abrange a contratação de prestação do serviço de seguro contra acidentes pessoais, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médicas hospitalares e odontológicas, do tipo coletivo, ocorridos em território nacional e em qualquer período.

O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002 (parágrafo único do art. 1º), com natureza de serviço continuado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A contratação para a execução dos serviços de fornecimento de seguro para estudantes e estagiários deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como, na Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e nos normativos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), autarquia vinculada ao Ministério da Economia, responsável por controlar e

fiscalizar os mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, vez que trata e disciplina as modalidades securitárias de acordo com a sua natureza, e nas demais normas que tratam dessa temática.

A empresa a ser contratada deverá comprovar aptidão para a prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por período não inferior a 03 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Sendo aceito o somatório de atestados e, para fins de comprovação, sendo admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, tudo nos termos da alínea “b”, do subitem 10.6 e do subitem 10.6.1, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017 SEGES/MP.

Ademais, a empresa interessada deverá estar devidamente registrada, regular e ativa na SUSEP e atender a todos os normativos acima descritos e também declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Em atenção ao Acórdão nº 600/2015 TCU Plenário a contratação não poderá ser realizada com empresa corretora de seguros:

“(...) 9.2.5. a atuação de empresa corretora de seguros na intermediação da execução de contrato de seguros, ainda que sem vínculo formal direto com a Administração Pública, constitui afronta aos arts. 16, § 3º, do Decreto nº 60.459/67, aos princípios da licitação constantes da Lei nº 8.666/93 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como contraria jurisprudência deste Tribunal sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995-TCU-Plenário)”.

O art. 16, § 3º, do Decreto nº 60.459/67, assim dispõe:

Art. 16. Compete ao IRB realizar sorteios e concorrências públicas para colocação dos seguros dos bens, direitos, créditos e serviços dos órgãos centralizados da União, das Autarquias, Sociedades de Economia Mista e demais Empresas ou Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público Federal, inclusive os seguros não obrigatórios de bens de terceiros abrangidos por qualquer contrato ou plano de cobertura de seguro em que ditas Empresas ou Entidades figurem como estipulantes ou beneficiárias.

(...) § 3º Na formalização dos seguros previstos neste artigo, é vedada a interveniência de corretores ou administradores de seguros sob qualquer forma, no ato da contratação e enquanto vigorar o ajuste

Assim sendo, um dos requisitos da contratação é que a empresa a ser contratada deverá ser empresa ou companhia seguradora que atue no mercado de empresas seguradoras nacionais e não pode ser corretora de seguros (intermediária). Tal restrição deverá constar do Termo de Referência/Edital da licitação.

6. Levantamento de Mercado

Como fora dito, a pessoa jurídica a ser contratada deverá ser empresa ou companhia seguradora que atue no mercado de empresas seguradoras nacionais e não pode ser corretora de seguros (intermediária), conforme determinam o art. 16, § 3º, do Decreto nº 60.459/67 e o Acórdão nº 600/2015 TCU Plenário. Deverá também estar devidamente registrada, regular e ativa na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), mediante apresentação de documento de inscrição/certidão de autorização para operar.

Considerando a composição do mercado brasileiro de seguros, supervisionado pela SUSEP em 2021, consoante as informações mais recentes dispostas no 10º Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionado, elaborado pela Coordenação Geral de Supervisão Tecnológica e Inteligência de Dados (CGSID), publicado no Rio de Janeiro, em 30 de maio de 2022 (Fonte: <http://www.susep.gov.br/menuestatistica/SES/relat-acomp-mercado-2022.pdf>, Pesquisa em 13 /09/2020), é identificada a existência de, pelo menos, 124 (cento e vinte e quatro) sociedades seguradoras.

Tal fato, por si só, confere a possibilidade de ampla participação de empresas especializadas em âmbito nacional, na licitação que será publicamente realizada.

A complexidade ou especialidade do serviço em si não é fator decisivo para retirar sua classificação do conceito de serviço comum. No presente caso, continua sendo serviço comum, tendo em vista que há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, vez que apresenta características padronizadas (de desempenho e de qualidade objetivamente definidas) e se encontra disponível, a qualquer tempo, por inúmeras empresas a nível nacional, regional e estadual.

Assim, com base nos requisitos definidos, foi feito levantamento para identificar as soluções existentes no mercado que atendam as condições estabelecidas, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com a possibilidade de apuração de preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, tendo sido identificado que o mercado tem a amplitude necessária para que a contratação seja plenamente realizada, mediante pregão eletrônico, com vedação à participação de empresas corretoras de seguros (o que não afasta a concorrência e não fere a isonomia).

De outro modo, após avaliação do objeto, apuração da estimativa das quantidades e levantamento de mercado e, ainda, as contratações similares de outros entes públicos, em especial, outras universidades federais, restou evidente que a escolha do tipo de solução a

contratar (empresa ou companhia seguradora para a prestação de serviços de natureza continuada de seguro de acidentes pessoais coletivo) é o que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado. Sendo, portanto, a solução comumente utilizada quando se deseja atingir os mesmos objetivos.

7. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo para todos os alunos regularmente matriculados na UFRB e estagiários de outras Instituições que desenvolvem suas atividades nesta Universidade, em todos seus campi, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

A contratação pretendida tem caráter continuado e é essencial, pois relaciona-se à cobertura de situações e/ou acontecimentos imprevisíveis causadores de prejuízos, que envolvam risco de vida e saúde para os estudantes e estagiários, os quais não podem ficar qualquer período sem estarem cobertos pelo seguro. E será realizada por meio de pregão eletrônico (Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 10.024/2019) com regime de execução de empreitada por preço unitário, com lote/item único, para escolha de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de natureza continuada de seguro de acidentes pessoais coletivo.

A demanda é estimada e será prestada no período de 12 meses, a partir formalização contratual, com cobertura de 24 (vinte e quatro) horas por dia, resguardando os alunos e estagiários, bem como a instituição, diante da possibilidade da ocorrência de acidentes e/ou acontecimentos imprevisíveis causadores de prejuízos, que aconteçam tanto nos campi da Universidade quanto fora dele. Podendo o contrato ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

Vale ressaltar que a UFRB possui seus campi e unidades distribuídas nos municípios de Cruz das Almas, Feira de Santana, Cachoeira, Santo Amaro, São Felix, Amargosa e Santo Antônio de Jesus, todos no estado da Bahia. No entanto, a cobertura securitária se dará em eventos ocorridos em qualquer parte do território nacional.

Os serviços deverão ser executados conforme demanda mensal, a qual poderá ser atualizada pela IFES, conforme o número de segurados para cada mês nos respectivos campus, devendo a apólice e suas atualizações serem enviadas de forma fracionada para o Instituição.

Para estudantes e estagiários de outras Instituições de Ensino que desenvolvem suas atividades na UFRB incluídos ao Seguro após o início da vigência da Apólice, a data do início da vigência será a data de inclusão no seguro.

São beneficiários do seguro de vida:

- Estudantes regularmente matriculados no Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

- Estudantes estagiários de outras Instituições de Ensino que desenvolvem suas atividades de estágio na UFRB;

A apólice de seguro contratada deverá garantir as seguintes coberturas:

- Morte Acidental (MAC): Garantindo aos beneficiários (pessoas livremente indicadas pelo segurado) o pagamento do capital segurado individual contratado para essa cobertura, em caso de falecimento do segurado decorrente exclusivamente de acidente pessoal coberto pelo seguro. Capital segurado: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA): Garantindo ao próprio segurado, em caso de uma Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, o pagamento de uma indenização limitada ao valor do capital Segurado Contratado, caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação de laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação. Capital segurado: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

- Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O): Garantindo cobertura das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente, até o limite do Capital Segurado Contratado. Capital segurado: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Com o resultado da contratação pretende-se que o serviço auxilie/complemente as ações assistenciais ofertadas cotidianamente aos estudantes e estagiários da UFRB.

A UFRB tem um total de 14.093 alunos ativos, sendo que no atual semestre temos 8.702 alunos matriculados, quantitativo que será contratado de imediato.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A presente contratação visa atender uma quantidade estimada de 14.093 mil vidas.

As quantidades a serem contratadas estão apropriadamente justificadas no item deste instrumento que descreve a solução como um todo.

A seguradora não pode estabelecer limites de aluno da serem segurados visto que a UFRB possui quantidade significativa de estudantes e, durante os meses a rotatividade de inclusão e/ou exclusão de segurados são registradas em planilha a ser enviada à empresa seguradora a cada alteração e/ou no início de cada semestre letivo.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 262.129,80

No que se refere à estimativa prévia de custo da futura de contratação, a presente peça foi elaborada de acordo com a Instrução Normativa nº. 73, de 5 de agosto de 2020, expedida pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES/ME). Dando cumprimento ao art. 3º, inciso II, da IN SEGES nº. 73, de 2020 (caracterização das fontes de orçamentação consultadas), buscou-se que o objeto tivesse seu orçamento estimativo obtido preferencialmente a partir da ferramenta Painel de Preços.

Valor Estimado da Contratação

Alunos	QTD	Valor unitário mensal por vida	Valor unitário Anual por vida	Valor Total Anual
Ativos	14.093	R\$ 1,55	R\$ 21.844,15	R\$ 262.129,80

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No que diz respeito à regra do parcelamento do objeto a ser contratado em licitações, havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens (Súmula TCU nº 247). Apesar disso, o art. 23, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, determina que "as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala".

No entanto, trata-se de processo de contratação com objeto único, que será ofertado à demanda integral de alunos da UFRB sem quaisquer diferenças entre si, de forma que a contratação em item único não descarta a competitividade nem o aproveitamento do mercado. Sendo assim, para o objeto deste instrumento não se aplica o parcelamento devido às suas singulares características, e consequentemente inexistente a necessidade de parcelamento da solução devido inviabilidade técnica para a sua adoção.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação irá substituir o Contrato Administrativo nº 30/2017, oriundo do Pregão Eletrônico nº 25/2017, Processo Administrativo nº 23007.00022734/2017-31, que terminará em 09 de Novembro de 2022. Assim, a data prevista para o início da prestação dos serviços é 10 de novembro de 2022. Não há necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Desta forma, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição do objeto está descrita no **Planejamento de Contratações Anual** da UFRB (PCA), registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) sob o número 12093.

A celebração da contratação entre a UFRB e a Agência de seguro permitirá o incentivo e ajuda no atendimento a alguns objetivos previstos no **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2030 (PDI)**, no que tange às políticas de estágios da UFRB, com a finalidade de assegurar, aos estudantes (discentes) e estagiários, condições de segurança para permanência e conclusão das suas respectivas atividades com êxito:

6.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

** Oportunidades diferenciadas de integralização curricular; Atividades*

práticas e estágio;

Sob o aspecto da prática, a concepção de estágio na UFRB enxerga esse momento de formação como um ato educativo realizado por estudantes universitários de todas as modalidades de cursos de graduação (tecnólogo, licenciaturas e bacharelado em geral), desenvolvido no futuro ambiente de trabalho sob a supervisão de profissionais experientes, que assumem o desafio de socializar conhecimento, habilidades e atitudes profissionais. O estágio possui caráter formativo já que consiste numa atividade curricular de base eminentemente pedagógica que propicia uma articulação entre a teoria e a prática, por meio do qual os estudantes têm condições de conhecer os futuros espaços de sua atuação laborativa, adquirindo experiências e contrastando com aquelas que são mediadas pelos seus professores no contexto da sala de aula.

6.4 POLÍTICAS DE ENSINO

6.4.1 Graduação

6.4.1.7 O estágio como ação formativa e educativa

As políticas de estágio da UFRB são regulamentadas pela Resolução CONAC 38/2011, que dispõe sobre Estágio Obrigatório

e Não Obrigatório nos Cursos de Graduação da UFRB, pela Orientação Normativa nº 02 de 24 de junho de 2016 e pela Lei Federal de Estágio, nº 11.788/2008.

Objetivo Estratégico: Promover a transferência de tecnologias acadêmicas

Linha de Ação: Estimular a realização de estágios de pós-doutorado na UFRB com vistas à transferência de conhecimento e a geração de pesquisas e produtos com titularidade da instituição

Indicador: Percentual de ações de estágio de pós-doutorado

Objetivo Estratégico: Promover o ensino de graduação e da pós-graduação com foco na qualidade

Linha de Ação: Consolidar a política de estágio integrada ao SIGAA

Indicador: Percentual de ações para consolidação da política de estágio integrada ao SIGAA

Objetivo Estratégico: Promover articulação da universidade com a educação básica

Linha de Ação: Fortalecer os convênios para campo de estágio

Indicador: Percentual de ações para fortalecimento dos convênios para campo de estágio

Além disso, Garantir a execução qualificada e segura das atividades de Ensino é uma das ações primordiais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que tem entre seus princípios:

(...) b) Inclusão Social – compromisso de garantir às pessoas e aos grupos

ainda à margem do ensino superior o acesso, a permanência, a integração à vida universitária e o sucesso acadêmico.

c) Desenvolvimento Regional – a Universidade atua para desenvolver uma relação que integre as diferentes instâncias representativas das comunidades ao seu entorno, devendo seu trabalho contribuir para a

valorização da diversidade e do patrimônio cultural e natural da região, além de agir em sua defesa, dispendo-se à construção conjunta de soluções para os principais problemas regionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da justiça social. (<https://ufrb.edu.br/portal/objetivos-metas-e-resultados> <Acesso em 05 de setembro de 2022>)

Nesse sentido, os objetivos estratégicos constituem os grandes alvos que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia busca atingir com as ações para permanência dos estudantes nos espaços acadêmicos.

Esta tem sido uma das principais políticas da UFRB, que insistentemente tem atuado no enfrentamento à evasão e retenção no ensino superior, com ações planejadas e acompanhadas pela Pró-Reitoria de Graduação, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que fixam grandes diretrizes para a educação brasileira, em particular a de nível superior.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se, como resultado da contratação que trata este estudo técnico, complementar as ações assistenciais realizadas aos alunos da UFRB, bem como, estudantes estagiários de outras Instituições de Ensino que desenvolvem suas atividades na UFRB, resguardando-os e resguardando a própria Instituição, diante da possibilidade da ocorrência de acidentes e/ou acontecimentos imprevisíveis causadores de prejuízos, que aconteçam tanto nos campi da Universidade quanto fora dele, buscando alcançar a segurança jurídica, assim como a indenização para o segurado, caso ele sofra acidente que cause invalidez permanente total ou parcial ou tenha despesas médicas, hospitalares e odontológicas em consequência de acidente, ou assistência/auxílio a seus familiares ou dependentes em casos de acidentes que provoquem seu falecimento.

Tudo mediante a contratação de um serviço adequado, com menor preço e de qualidade, visando atender às necessidades da UFRB e o interesse público.

14. Providências a serem Adotadas

O ambiente da Universidade já se encontra adequado para que o serviço pretendido seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações, ações diversas ou tomada de providências e adequações para que a solução a ser contratada surta seus efeitos.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica ao objeto.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Esta Equipe de Planejamento declara, consoante determina o inciso XIII, do art. 7º, da IN nº 40/2020 SEGES/ME, que a contratação pretendida é viável, conforme demonstra o presente Estudo Técnico Preliminar, o qual evidencia que a contratação da solução, ou seja, pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de natureza continuada de seguro de vida coletivo de acidentes pessoais para todos os alunos regularmente matriculados na UFRB, em todos seus campi, sem dedicação exclusiva de mão de obra, atenderá o complexo normativo constitucional que trata da educação de qualidade e segura à população.

Em última instância, considera-se presentes a essencialidade e o interesse público da contratação. Em que, a essencialidade se dá, uma vez que os alunos necessitam de proteção à sua integridade física, de forma que o fornecimento dos serviços de seguros ora pretendido visa minimizar os prejuízos em decorrência de eventuais acidentes que possam acometer os alunos desta universidade, e o atendimento ao interesse público acontece porque a contratação atenderá todos os alunos devidamente matriculados na UFRB e estagiários que desenvolverão suas atividades na instituição.

Desta forma, considerando os aspectos apontados neste ETP e a necessidade de contratação do serviço para o desempenho de atividades na UFRB, consideramos viável a contratação.

17. Responsáveis

KARINA DE OLIVEIRA SANTOS CORDEIRO

Pró-Reitora de Graduação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS.pdf (40.21 KB)

Anexo I - RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS. pdf

Relatório Quantitativo de Alunos Matriculados

Ano-Semestre Matrícula: **2022.1**

Gradua??o

Alunos Especiais	3
Alunos matriculados na educa??o a dist?ncia	0
Alunos matriculados na gradua??o presencial	7792
Alunos matriculados na prob?sica	0
Total: 7795	

P?s-Gradua??o

Alunos Especiais de P?s-Gradua??o	33
Alunos matriculados nos cursos de doutorado	50
Alunos matriculados nos cursos de especializa??o	305
Alunos matriculados nos cursos de mestrado	519
Total: 907	

T?cnico

Alunos matriculados no ensino t?cnico	0
Total: 0	

Total de Alunos: 8702